



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Política Anual de Investimentos Exercício 2019





1 Introdução

De acordo com a Resolução CMN nº 3.922/10, de 25 de Novembro de 2010 em conformidade com o Art. 5º, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, apresenta a Política de Investimentos para o **ano de 2019**, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

2 Objetivos

O objetivo da Política de Investimentos é de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de



ativos quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado. Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazos.

3 Da Gestão

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, O Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;
- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.

3.1 Objetivo

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o **exercício de 2019**, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de **6% (seis por cento), acrescido da variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**.

A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.



3.2 Modelo

De acordo com o Art. 15º, § 1º, inciso I da resolução 3.922/10 e alteração pela resolução 4604/2017, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo adota para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS adota a gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão.

3.3 Dos Recursos Garantidores

Deverão ser observados os critérios para escolha das Instituições Financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, dentre outros critérios:

- a) Solidez patrimonial da entidade;
- b) Por volume de recursos administrados;
- c) Experiência positiva da atividade de administração de recursos de terceiros;
- d) Experiência na gestão de recursos de RPPS; e
- e) Experiência na Gestão de Previdência Pública.

3.4 Acompanhamento / Relatórios

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/10 e alteração pela resolução 4.604/2017, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

- 2) Trimestralmente, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;

3.5 Diretrizes

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas periodicamente pelos responsáveis pela gestão dos recursos.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a. Os recursos garantidores das reservas técnicas do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional
- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.
- c) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo benchmark além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos)

3.6 Gerenciamento de Riscos

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;
- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do IMP pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

4 Cenário Macroeconômico

CENÁRIO INTERNACIONAL

Nos EUA

Nos EUA, a agenda se manteve positiva. A 2ª prévia para o PIB do no 2º tri/18 mostrou que a variação trimestral anualizada passou de 4,1% na última leitura para 4,2%, a maior desde o 3º tri/14; todos os principais componentes aumentaram a sua contribuição, exceto, o Consumo das Famílias que passou de uma alta de 4,0% para 3,8%. No tocante à inflação, o PCE avançou de 2,2% para 2,3% em julho e o seu núcleo de 1,9% para 2,0% (meta do FED). No mercado de trabalho, o Relatório de Emprego de julho (*payroll*) veio sólido, mostrando criação de 157 mil vagas, mantendo a média trimestral acima de 200 mil. O desemprego recuou para 3,9% e o avanço anual dos salários permaneceu em 2,7%.

Na Europa

Na Zona do Euro, a agenda macro mostrou algum avanço. A 2ª divulgação do PIB do 2º tri/18 revelou melhora no crescimento trimestral anualizado de 1,4% para 1,5%. Já a produção industrial caiu 0,7% em junho ante maio, mas conservou-se em campo positivo (+2,5%) na comparação anual.

CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

Relatório Focus recém-divulgado, a média dos economistas que atuam no mercado estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 4,09%

em 2018, frente a 4,05% na semana anterior. Para 2019 a estimativa é de que suba 4,11%, como na semana anterior.

Para a taxa Selic, o relatório informou que, para o fim de 2018 a taxa Selic estará em 6,50%, como na última pesquisa e em 8% no final de 2019, também como na pesquisa anterior.

Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 1,36%, frente a 1,40% na semana anterior. Para 2019 a estimativa é que o PIB cresça 2,50%, também como na semana anterior.

Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana estará em R\$ 3,83, frente a R\$ 3,80 no último relatório e em R\$ 3,75 no final de 2019, frente a R\$ 3,70 na semana anterior.

Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 67,50 bilhões em 2018, frente a US\$ 67 bilhões na última pesquisa e de US\$ 75,3 bilhões, comparado a US\$ 74 bilhões na pesquisa anterior.

Relatório de Mercado – Focus – 14/09/2018				
		2018		2019
IPCA(%)	↑	4,09	→	4,11
IGP-M (%)	↑	8,71	↑	4,50
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	↑	3,83	↑	3,75
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (% a.a.)	→	6,50	→	8,00
PIB (% crescimento)	↓	1,36	→	2,50
Produção Industrial (% crescimento)	↑	2,67	↑	3,00
Balança Comercial (US\$ bilhões)	→	55,00	↑	48,00
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	↑	67,50	↑	75,30
Fonte: Banco Central	↓ Redução	→ Estabilidade	↑ Elevação	

Fonte: BACEN



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

RENDA FIXA: Em relação à alocação dos recursos financeiros do IMP, o Comitê aconselha a manutenção aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, fundos com carência caso o as instituições possam lançar para captação na intenção de “garantir a meta atuarial”

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1.

RENDA VARIÁVEL: Continuamos a cautela de expor a carteira com este seguimento em razão do cenário incerto ainda para 2019, embora a visão de correr mais risco poderá trazer expectativa de um retorno.

Recomendamos a exposição máxima de 9% no seguimento o que já se refle em um melhor comportamento das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância de diversificação da carteira, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a necessidade do IMP em cumprir a meta atuarial.

Por fim, avaliamos também que será difícil o ano de 2019 para cumprimento de meta atuarial, cabendo ajustes necessários ao longo do exercício, atentamente aos passos que o país irá se desenvolver na busca de sair da recessão e alavancar os investimentos. Lembrarmos que as aplicações em renda fixa devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades. Já as realizadas em renda variável, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

5 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2019

SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN %	LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	POSIÇÃO ATUAL (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	NOVOS LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN %	Nova Classificação
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional	100,00					100,00	Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)
Renda Fixa	FI 100% títulos TN	100,00	45,00	50,00	68,72	80,00	100,00	Fundos referenciados 100% Títulos Públicos; Fundos de índices carteira 100% Títulos Públicos
Renda Fixa	Operações Compromissadas com Títulos do TN	15,00					5,00	Operações compromissadas
Renda Fixa	FI Renda Fixa/Referenciados RF	80,00					60,00	Fundos referenciados em indicadores RF*
Renda Fixa	FI de Índices Referenciados em RF Subíndices Anbima	80,00	0,50	0,75	0,00	1,00	60,00	Fundos de índices (ETF) em indicadores títulos públicos
Renda Fixa	FI de Renda Fixa	30,00	15,00	40,00	28,11	40,00	40,00	Fundos Renda fixa em geral*
Renda Fixa	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa	30,00					40,00	Fundos de Índices (ETF) - quaisquer Indicadores
Renda Fixa	Poupança	20,00					15,00	Poupança
Renda Fixa	Letras Imobiliárias Garantidas	20,00					20,00	Letra Imobiliária Garantida
Renda Fixa	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Cota Sênior	15,00	1,00	1,00	0,00	2,25	5,00	FIDCs - Cota Sênior**
Renda Fixa	FI em Direitos Creditórios - Aberto - Cota Subordinada	15,00					5,00	
Renda Fixa	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Cota Sênior	5,00					5,00	
Renda Fixa	FI em Direitos Creditórios - Fechado - Cota Subordinada	5,00					5,00	
Renda Fixa	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00	2,00	3,00	3,18	5,00	5,00	Fundos Renda fixa - Crédito Privado*



Renda Variável	FI Ações referenciados	30,00	0,50	1,25	0,00	2,00	30,00	Fundo de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações*
Renda Variável	FI de Índices Referenciados em Ações	20,00	0,25	1,00	0,00	2,50	30,00	ETF (Índices c/ no mínimo 50 ações)
Renda Variável	FI em Ações	15,00	0,25	1,00	0,00	2,00	20,00	Fundos de Ações em geral* (c/ até 20% ativos exterior)
Renda Variável	FI Multimercado - Aberto	5,00	0,25	2,00	0,00	2,50	10,00	Fundos Multimercado* (c/ até 20% ativos exterior)
Renda Variável	FI em Participações - Fechado	5,00					5,00	FIPs (que atendam requisitos governança)*: ***
Renda Variável	FI Imobiliários	5,00					5,00	FII presença 60% pregões 12 meses anteriores*: ****



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Responsável certificado: Seguimento Renda Fixa/Variável

Eduardo de Paula Marin – Diretor Financeiro – CPF 218.235.278-33

Certificação: ANBIMA – Validade: 09/06/2020

6 Disposições Gerais

Desde que devidamente justificado a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo máximo de trinta dias, contados da data de sua aprovação observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. (Portaria MPS nº170 de 25/04/2012 art. 3, inciso VIII)



São José do Rio Pardo, 24 de setembro de 2018.

Responsáveis pela elaboração da Política de Investimento

Comitê de Investimento

Fabiano Boaro de Sousa – Diretor Executivo

Certificação ANBIMA CPA-10 validade: 09/03/2021

Eduardo de Paula Marin – Diretor Financeiro

Certificação ANBIMA CPA-10 validade: 09/06/2020

Anderson Luis da Fonseca Pirola – Membro

Certificação ANBIMA CPA-10 validade: 11/05/2021

Antonio Angelo de Andrade – Membro

Certificação ANBIMA CPA-10 validade: 17/01/2021